

Capítulo 34 - DOI:10.55232/1085002.34

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REABILITADA NO MERCADO DE TRABALHO: DIFICULDADES E DESAFIOS

Kyccia Emmanuele Costa Oliveira, Marília Carnaúba Barbosa

RESUMO: No Brasil existem leis que asseguram os direitos da pessoa com deficiência como a Lei nº 8.213/91 ou Lei de cotas para contratação e inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho; Decreto nº 3.048/99 referindo-se aos direitos do trabalhador afastado por doença ou acidente que são encaminhados a reabilitação profissional e indicados à reinserção ao mercado de trabalho e a Lei Brasileira de inclusão. Este trabalho tem como objetivo verificar as dificuldades e direitos encontrados pelas pessoas com deficiência no momento da inserção e reinserção (após reabilitação) ao mercado de trabalho. Foi utilizada para realização deste trabalho à revisão integrativa da literatura, buscando conceitos, dificuldades e direitos sobre o tema abordado, publicados no período dos 10 últimos anos, seguindo o modelo de construção exposto em Vasconcelos & Ruiz, 2015. No Brasil a Constituição Federal de 1988, assegura direitos iguais aos trabalhadores com e sem deficiência e estabelece a proibição da discriminação o que diz respeito a salários ou critérios de contratação do trabalhador com deficiência. Apesar de toda a legislação voltada à proteção e inclusão das pessoas com deficiência à sociedade na execução desses direitos, gera dificuldades no que se refere ao âmbito biopsicossocial do indivíduo com alguma deficiência. As dificuldades enfrentadas pelas PCDs devem ser tema de reflexão na sociedade como um todo e não somente entre governo, empresa contratante e escola, pois a valorização e seu reconhecimento devem ser evidenciados através da necessidade urgente de escolas regulares com as adaptações corretas e profissionais da educação empenhados na educação inclusiva; a fomentação empresas parceiras no processo de inclusão dos PCDs ao mercado de trabalho e a sociedade modificando sua maneira de pensar com relação às pessoas com deficiência.

Palavras-chave: inserção ao trabalho; reabilitação profissional; deficientes no mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual e suas mudanças geradas politicamente ou ambientalmente afetam a população como um todo e em especial as pessoas com algum tipo de deficiência, que muitas vezes não são respeitadas, sofrendo preconceito ou tendo seu direito violado.

No Brasil existem leis que asseguram os direitos da pessoa com deficiência como a Lei nº 8.213/91 ou Lei de cotas para contratação e inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho; Decreto nº 3.048/99 referindo-se aos direitos do trabalhador afastado por doença ou acidente que são encaminhados a reabilitação profissional e indicados à reinserção ao mercado de trabalho e a lei 13.146/15 conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que promove condições de igualdade para sua inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência.

Deficiências são caracterizadas como incapacidade física ou mental congênita ou adquirida por enfermidades e acidentes de trânsito ou de trabalho que levam ao comprometimento parcial ou total de suas funções, conforme definição de (RODRIGUES et. al, 2019, p.03).

Existem dificuldades e desafios que são encontrados pelas pessoas com deficiência no âmbito escolar e empresarial referente ao acesso devido ao preconceito e desinformação da sociedade e muitas vezes não compreendido pela própria pessoa com deficiência.

O mercado de trabalho atual exige um nível maior de qualificação profissional, criando assim uma desigualdade social e um alto índice de desemprego devido a pouca escolarização da população e de poucas oportunidades de aquisições de experiências, dificultando também a reinserção ao mercado de trabalho por pessoas com deficiência.

A maioria dos relatos encontrados nos artigos analisados nos da uma visão mais clara dessas dificuldades como os simples acesso a utilização de banheiros ou locais públicos sem adaptações de segurança para a utilização plena pela pessoa com deficiência.

Este trabalho tem como objetivo verificar as dificuldades e desafios encontrados pelas pessoas com deficiência no momento de inserção e reinserção (após reabilitação) ao mercado de trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi à revisão integrativa da literatura que envolve a organização e a discussão de um assunto de pesquisa, utilizando-se de fontes coletadas nas bases de dados de arquivos disponíveis na internet. Seu objetivo é buscar a partir de descritores artigos para obtenção de informações como: os conceitos, dificuldades e desafios sobre o tema abordado, publicados no período dos 10 últimos anos, para uma maior compreensão abrangente sobre o tema, seguindo o modelo de construção exposto em Vasconcelos & Ruiz, 2015.

1ª Fase: elaboração da questão norteadora

A questão norteadora serve de planejamento e definição com delimitação para efetivação e foco da pesquisa, constituída muitas vezes pelos objetivos específicos do trabalho. A questão utilizada: Quais as dificuldades e desafios encontrados pela pessoa com deficiência na inserção e (re)inserção ao mercado de trabalho?

2ª Fase: busca ou amostragem na literatura

A busca de artigos foi realizada nas bases de dados **LILACS** (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), **SciELO** (Scientific Electronic Library Online), **MEDLINE** (Literatura Internacional em Ciências da Saúde) e **CAPES** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A busca foi realizada nos meses de agosto a novembro de 2019. Após análise preliminar dos resumos, foram totalizados 17 artigos para análise na íntegra.

Segundo os seguintes critérios de inclusão:

- Artigos disponibilizados na íntegra nas bases de dados pesquisadas;
- Artigos escritos na língua portuguesa e estrangeira (inglês e espanhol);
- Artigos que respondessem a temática pesquisada e a pergunta norteadora;

- Artigos publicados entre os anos de 2009 a 2019.

Critérios de exclusão:

- Artigos de revisão integrativa ou bibliográfica;
- Artigos que não responderam a pergunta norteadora;
- Artigos publicados fora da linha de tempo determinada na pesquisa;

3ª Fase: definição das informações extraídas dos estudos selecionados

Para análise dos dados contidos nos artigos selecionados, foi realizado inicialmente um fichamento com transcrição dos textos que contemplavam o tema deste estudo e posteriormente realizou-se a criação e o preenchimento de um quadro com as características pré-selecionadas: título, autores, ano de publicação, periódico e classificação Qualis Capes, resultando na elaboração final da revisão integrativa.

4ª Fase: avaliação dos estudos incluídos

Esta etapa ocorreu conforme a leitura criteriosa dos artigos selecionados após a conclusão das etapas anteriores. Essa fase é muito importante, pois após a leitura houve uma evolução nas concepções do quão são reais as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência como acesso a locais de lazer e órgãos públicos para efetivações de seus direitos e a importância do trabalho como um fator biopsicossocial e cultural na vida da pessoa com deficiência.

5ª Fase: discussão dos resultados

Da análise do conteúdo duas categorias temáticas foram as mais abordadas durante as leituras: (I) Legislação no Brasil e a Reabilitação Profissional; (II) Dificuldades e direitos na inserção e reinserção ao mercado de trabalho.

I – Legislação no Brasil e a Reabilitação Profissional

No Brasil a Constituição Federal de 1988, assegura direitos iguais aos trabalhadores com e sem deficiência e estabelece a proibição da discriminação o que diz respeito a salários ou critérios de contratação do trabalhador com deficiência.

A Lei nº 8.213/91 ou Lei de cotas (BRASIL, 1991), dispõe sobre os benefícios da Previdência Social e a contratação de pessoas com deficiência para empresas com mais de 100 funcionários, devendo reservar e preencher de 2% a 5% dos cargos da empresa para pessoas com deficiência, assegurando a possibilidade de inclusão destas ao mercado de trabalho.

Com o objetivo de proporcionar “os meios para (re) educar e (re) adaptar o profissional” A lei nº 8.213/91 também assegura as pessoas com deficiência através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o gozo a aposentadoria especial ou por invalidez e o direito a reabilitação profissional.

A Reabilitação profissional é um processo de estabilização e solidificação, cujos procedimentos são voltados para recuperação física e mental da pessoa com algum tipo de deficiência (congenita ou adquirida através de acidentes) para fins terapêuticos de abrangência multidisciplinar com o objetivo de reinserir o trabalhador com deficiência para o mercado de trabalho.

Durante o período de reabilitação o segurado afastado do trabalho deve se recuperar ou readaptar visando sempre o retorno ao trabalho. Conforme (VARGAS et al, 2017, p. 04) quanto menor for o período de afastamento, maiores são as chances dos PCDs serem reinseridos ao mercado de trabalho ou retornarem a sua empresa de origem antes do afastamento.

As pessoas com deficiência afastadas do trabalho por motivos de doença ou acidente têm o direito constitucional de ser acompanhado através da reabilitação profissional, serviço este disponibilizado pelo INSS e que é regulamentado pelo Decreto nº 3.048/99 (Brasil, 1999a) seguindo alguns critérios contidos nos art. 77, 78 e 79:

- O segurado em gozo de auxílio-doença está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da previdência social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos;
- O auxílio-doença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho, pela transformação em aposentadoria por invalidez ou auxílio-acidente de qualquer natureza, neste caso se resultar sequela que implique redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para exercício de outra atividade, não cessando o benefício

até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez;

Entretanto a mesma legislação que dá direito a reabilitação do trabalhador com deficiência desobriga o INSS garantir a sua efetivação após o retorno ao trabalho ou a fixação no mercado de trabalho após a reabilitação para nova função, apenas certificando que o trabalhador está apto para o retorno ao trabalho ou de execução da função.

Apesar de toda a legislação voltada à proteção e inclusão das pessoas com deficiência à sociedade na execução desses direitos, gera dificuldades no que se refere ao âmbito biopsicossocial do indivíduo com alguma deficiência.

II - Dificuldades e direitos na inserção e reinserção ao mercado de trabalho

A lei 13.146/15 conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) “assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

A inclusão social torna-se um mecanismo de fundamental importância para execução dos direitos das pessoas com deficiência efetivando as ações de direito a acessibilidade a bens e serviços e de combate à exclusão, sem diferenciar gênero, idade ou classe social.

Alguns princípios básicos da cidadania são o direito a liberdade de ir e vir (acessibilidade), do respeito (combate ao preconceito) e da dignidade humana e valores sociais do trabalho.

Conforme (COUTINHO et al, 2017, p. 569) as dificuldades encontradas pelas PCDs (pessoas com deficiência) no mercado de trabalho geram desvantagens muitas vezes provenientes da falta de acesso à educação, devido ao preconceito acerca da deficiência e as péssimas condições das estruturas físicas das instituições.

Outra dificuldade é o acesso a treinamentos para aprimoramento profissional onde muitos possuem restrição financeira para este investimento. Segundo o Decreto nº

3.298/99, art. 49 (BRASIL, 1999b) diz que os órgãos administrativos federais devem tomar medida que viabilizam a qualificação de profissionais para educação especial:

- I - formação e qualificação de professores de nível médio e superior para a educação especial, de técnicos de nível médio e superior especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores e professores para a formação profissional;
- II - formação e qualificação profissional, nas diversas áreas de conhecimento e de recursos humanos que atendam às demandas da pessoa portadora de deficiência;
- III - incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência.

Atualmente existem as instituições especializadas em habilitação e apoio aos PCDs como: APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), Pestalozzi (Associação Pestalozzi de Maceió), ADEFAL (Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas), AACD (Associação de Assistência à criança com deficiência), Adaptsurf, entre outras, que visam também à inclusão das pessoas com deficiência a exercerem seus direitos de cidadão há acessibilidade aos ambientes de trabalho e lazer.

O mercado de trabalho para os PCDs ainda é repleto de expectativas e frustrações, pois enquanto de um lado encontra-se a empresa que busca profissionais capacitados para realização das tarefas, do lado contrario encontram-se os PCDs tentando mostrar sua capacidade de atingir as expectativas do mercado como podemos ver nas falas dos autores: VARGAS et al, 2017, p. 04; BREGALDA & LOPES, 2016, p. 487.

[...] O trabalhador doente e afastado do trabalho vivencia intensa culpa fracasso e exclusão. [...] por estar afastado do trabalho, ficando numa situação social marginal não podendo corresponder ao lugar ou desempenhar seu papel esperado.

As relações que os indivíduos estabelecem com e no seu trabalho são elementos constitutivos fundamentais do seu caráter, visto que possibilitam a vivência de experiências de sentirem-se pertencentes e de poderem estabelecer metas ao longo prazo [...]

As contratações ocorrem quase sempre devido a obrigatoriedade da Lei nº 8.213/91 ou Lei de Cotas, marginalizando os trabalhadores PCDs e dificultando sua inclusão ao mercado de trabalho, não havendo credibilidade referente às capacidades reais das pessoas com deficiência, devido ao pouco esclarecimento das pessoas responsáveis pelas seleções e contratações nas empresas.

As PCDs são pessoas que possuem limitações significativas no funcionamento motor (paraplegia, amputação), intelectual ou físico (auditivo e visual), afetando comportamentos e habilidades, (TOLDRÁ, et al, 2010, p. 159) “participação, interação e papéis sociais; saúde física e mental e contextos relacionados há ambientes pessoais e socioculturais”.

Portanto é importante conhecer e saber identificar os tipos de deficiência para garantir a esses indivíduos um suporte e orientações adequadas, entendendo que a pessoa com deficiência pode produzir e apresentar potencialidades na execução de atividades laborais.

6ª Fase: Apresentação da revisão integrativa

A revisão integrativa foi apresentada em categorias temáticas que emergiram das leituras aprofundadas, mostrando os principais resultados evidenciados na análise dos artigos incluídos conforme discussão abaixo:

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com a utilização das palavras chaves (inserção ao trabalho, reabilitação profissional e deficientes no mercado de trabalho) selecionados para responder ao problema da pesquisa (dificuldades e direitos na inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho), foram encontrados 1123 artigos na base de dados Lilacs e 1699 na Scielo, totalizando 2822 artigos. As base de dados Medline e Capes não foram utilizadas, pois contiam apenas os resumos sem a liberação gratuita dos artigos na intrega, impossibilitando à analise dos mesmos.

Após utilização de filtros para diminuição da quantidade de artigos na base **Lilacs** utilizando dos descritores (inserção ao trabalho [664], reabilitação profissional [447] e deficientes no mercado de trabalho [12]) restaram 25 artigos para analise dos resumos e dos criterios de inclusão e exclusão. Entre estes, 2 eram artigo de revisão, 8 não respondiam a questão norteadora, 1 apresentava-se apenas como resumo e 2 estavam repetidos na base analisada .

Já na base de dados **Scielo** foram utilizados os mesmos descritores (inserção ao trabalho [1498], reabilitação profissional [191] e deficientes no mercado de trabalho [10])

restaram 26 artigos para análise dos resumos e dos criterios de inclusão e exclusão. Entre estes, 19 não respondiam às questões norteadoras e 3 estavam repetidos na base analisada.

Ao final, foram inseridos no estudo **17 artigos**, cujos resultados foram analisados e discutidos na íntegra. Estes foram publicados em **15 periódicos**, sendo **14 nacionais e 1 internacional**, disponíveis na íntegra nas bases de dados pesquisadas e com classificação no Qualis Capes em **B3** (Revista Acta Fisiátrica), **B1** (Revista Brasileira de saúde ocupacional, Revista de Terapia Ocupacional, Revista de Salud Publica, Revista Saúde e Sociedade, Revista CoDAS, Revista Fisioterapia e movimento, Revista Brasileira de Fisioterapia e Revista Trabalho, Educação e Saúde), **A2** (Revista Psicologia: ciência e profissão, Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Revista Psicologia e Sociedade, Revista Estdos e pesquisas em Psicologia e Arquivos brasileiros de psicologia) e **A1** (Revista Paidéia).

O Quadro 1 apresenta os artigos selecionados conforme título, autores, ano de publicação, periódico e classificação Qualis Capes.

Quadro 1					
Artigos selecionados LILACS					
Periódico Ano/País /Base/ Qualis	Título	Autoria/ Tipo de estudo	Objetivo	Resultados	Conclusão
Revista Terapia Ocupacional 2010 – Brasil Lilacs (T1) Qualis B1	Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção.	Toldrá, R. C; De Marque, C. B; Brunello, M. I. B. Investigação qualitativa do tipo exploratória	Refletir sobre as experiências voltadas à preparação e inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual, desenvolvidas por instituições especializadas.	As principais dificuldades para inclusão no mercado de trabalho são decorrentes da desinformação e desconhecimento da sociedade a cerca da deficiência intelectual, da defasagem entre as exigências das empresas e o nível de escolarização dos indivíduos.	Verificaram-se alguns avanços em direção à profissionalização e inclusão das pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho, apesar de muitas vagas ainda serem incompatíveis com as possibilidades dos indivíduos.
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional 2012 – Brasil Lilacs (T2)	Vivências de trabalhadores com deficiência: uma análise à luz da Psicodinâmica do trabalho.	Leão, M. A. B. G; Silva, L. S. Pesquisa Qualitativa	Investigar as vivências subjetivas de deficientes auditivos e físicos de uma empresa de grande porte no Vale do Paraíba Paulista em 2010.	Os resultados apontaram aspectos de sofrimento no trabalho, oriundos de desgaste físico ou psíquico e da falta de reconhecimento no trabalho.	As vivencias de sofrimento desses deficientes sobrepõem-se as de prazer no trabalho e que a visão de deficiência prevalece dificulta seu crescimento profissional e uma legitima inclusão ao trabalho.

Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais no Século XXI

Qualis B1					
Revista De Salud Publica 2012 – Colombia Lilacs (T3) Qualis B1	Programa de orientación vocacional laboral para personas con discapacidad de la fundación de adaptación laboral – IDEAL.	Arango-Soler, J. M; Santander, J. M; Correa-Moreno, Y. A. Descritivo Transversal	Otimizar o programa de Orientação Vocacional da Fundação IDEAL, destinado aos beneficiarios em condições de incapacidade, a fim de favorecer um desempenho satisfatório no trabalho produtivo da oficina institucional e no cotidiano de suas vidas para reintegração futura ao trabalho .	A maioria dos beneficiarios possuem bom desempenho nas atividades da oficina, respondendo aos requisitos de percepção sensorial, habilidades motoras e processos mentais, mas assumem praticas ruins de assistencia a saude.	A diversificação de atividades as quais os beneficiarios tem acesso deve ser favorecida, prevalecendo seu desempenho com opções que transcendam o trabalho. O sucesso das ações propostas nos planos individuais de orientação profissional depende em grande parte de sua implementação, além do ambiente institucional nos contextos cotidianos.
Psicologia: Ciência e Profissão 2015 – Brasil Lilacs (T4) Qualis A2	A inclusão de pessoas com deficiência no contexto do trabalho em Florianópolis: Relato de experiência no sistema nacional de emprego.	Hammes, I. C; Nuernberg, A. H. Relato de experiência	Mostrar a experiência vivida pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE), na grande Florianópolis, por meio do desenvolvimento de ações específicas para inclusão das PcD no mundo do trabalho.	Principais dificuldades encontradas no desenvolvimento dessas ações foram o preconceito e o desconhecimento das pessoas acerca da deficiência, falta de rotina de fiscalização do cumprimento das cotas nas empresas e da presença de barreiras programáticas relativas ao BPC (benefício da prestação continuada).	Cabe as profissionais da area de RH a tarefa de atuar não apenas no processo de seleção e recrutamento de pessoas com deficiência mas também no acompanhamento efetivo de sua inserção e na promoção das mudanças culturais e organizacionais que demandam a presença das pessoas com deficiência nos ambientes de trabalho.
Psicologia: Ciência e Profissão 2015 – Brasil Lilacs (T5) Qualis A2	Valores Organizacionais e Concepções de deficiência: A percepção de pessoas incluídas	Ávila-Vitor, M. R. C; Carvalho-Freitas, M. N. Pesquisa quantitativa	Verificar do ponto de vista das pessoas com deficiência inseridas no trabalho, se havia relação entre a percepção e as formas como viam a deficiência no trabalho.	Foi possível identificar aspectos considerados importantes no processo de inserção de PcD, como o reconhecimento da inclusão, valor organizacional e a importância da convivência com PcD em um cenário favorável ao seu desempenho.	A importância de se tratar a inserção de PcD como um valor compartilhado pela organização, que se reflete em suas estratégias e políticas concretizando em ações e adequações práticas dos recursos humanos, oferecendo referências de atuação e impulsionando as reflexões e pesquisas sobre o tema.
Revista Brasileira de Estudos Populacionais 2014 – Brasil	Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro.	Garcia, V. G; Maia, A. G; Pesquisa quantitativa	Análise da inserção no mercado de trabalho brasileiro das pessoas com deficiência, com base nos dados do Censo demográfico de	Os resultados destacam como os PcD enfrentam situações adversas em termos de formação escolar e acesso ao trabalho,	Maior reflexão sobre a realidade das pessoas com deficiência, buscando maior acesso à escolarização e a disponibilização de informações sobre as

Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais no Século XXI

Lilacs (T6) Qualis A2			2010.	decorrentes de barreiras e obstáculos existentes na sociedade como a relação socioeconômica e a limitação funcional da deficiência.	deficiências com uma maior qualidade, sugerindo também mudanças nas legislações previdenciárias do deficientes aposentados precocemente .
Acta Fisiátrica 2011 – Brasil Lilacs (T7) Qualis B3	Desempenho dos segurados no serviço de reabilitação do Instituto Nacional de Seguridade Social	Vacaro, J. E; Pedroso, F. S. Pesquisa quantitativa	Verificar o desempenho dos segurados que participaram do programa de reabilitação profissional junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Porto Alegre/ SC.	Após um ano de término do programa apenas 40% dos segurados retornaram ao trabalho. Obtiveram maior eficiência os segurados que permaneceram um ano no programa comparados aos que permaneceram mais de cinco anos.	Os segurados com benefício de acidente tiveram melhores resultados após serem reabilitados dentro da própria empresa, com adequação e apoio como melhor realocação dentro da empresa.
Paidéia 2011 – Brasil Lilacs (T8) Qualis A1	Percepção de pessoas com baixa visão sobre seu retorno ao mercado de trabalho.	Ávila-Vitor, M. R. C; Carvalho-Freitas, M. N. Descritivo transversal	Investigar as características de pessoas com baixa visão afastadas do trabalho e encaminhadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social para programa de reabilitação, bem como identificar suas expectativas quanto ao possível retorno ao mercado de trabalho.	Os participantes deprimem pouco conhecimento sobre a deficiência visual e os direitos da pessoa deficiente.	A despeito das políticas afirmativas para pessoas com deficiência, a desvantagem social é significativa quando se observa a baixa escolaridade e a pouca qualificação profissional, dificultando sua inclusão no mercado de trabalho.
Psicologia & Sociedade 2015 – Brasil Lilacs (T9) Qualis A2	Reabilitação profissional e retorno ao trabalho: uma aposta de intervenção	Poersch, A. L; Merlo, A. R. C. Pesquisa qualitativa	Conhecer e se aproximar das experiências do retorno ao trabalho e as implicações na produção de subjetividade em trabalhadores da área hospitalar em Porto Alegre/RS.	Os resultados apontam dificuldades limitações e a problematização dos modelos de trabalho no trabalho vigente. Apontam também a criação de novos modos de trabalhar e viver e para construção de estratégias de inventividade.	As transformações no trabalho só conseguem se manter de forma duradoura, se a ação coletiva do trabalho seja realizada por ambas as partes compartilhadas por trabalhadores e empresa.
Estudos e Pesquisa em Psicologia 2012 – Brasil Lilacs (T10) Qualis A2	Reabilitação profissional: o que pensa o trabalhador sobre a reinserção	Cestari E.; Carlotto M. S. Pesquisa qualitativa	Conhecer a vivência do trabalhador segurado em seu processo de reinserção laboral na empresa de vínculo, procurando avaliar aspectos do trabalhador e do programa de	Observou-se falta de integração entre os objetivos do programa e as empresas. Sendo o trabalhador encaminhado para a mesma função com restrição de atividades.	A reabilitação é considerada uma alternativa de retorno ao trabalho e um espaço de reflexão e construção de novos caminhos para serem trilhados em busca de um novo significado para as vidas.

Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais no Século XXI

			reabilitação profissional que contribui para readequação ao trabalho e ao contexto social e familiar.		
Saúde e Sociedade 2016 – Brasil Lilacs (T11) Qualis B1	A reabilitação profissional no INSS: caminhos da terapia ocupacional	Bregalda M. M.; Lopes, R. E. Pesquisa qualitativa	Identificar e compreender práticas e concepções delineadas pela terapia ocupacional no Serviço Nacional de Seguro Social (INSS) no estado de São Paulo.	Foi apontado varios fatores que implicaram uma avaliação mais negativa da atuação do Inatituto, os quais estariam vinculados a questões estruturais do serviço.	A melhoria dessa estrutura requer uma participação e responsabilização maior das empresas, empenhadas na construção de um trabalho articulado entre governo , sociedade civil e demais setores além de ampliação e reformulação da legislação ue trata da reabilitação profissional no Brasil.
Arquivos Brasileiros de Psicologia 2018 – Brasil Lilacs (T12) Qualis A2	Reinserção profissional: o trabalho após a aquisição de uma deficiência.	Santos, J. C.; Carvalho-Freitas, M. N. Pesquisa Qualitativa	Observar a vivencia do retorno ao trabalho por trabalhadores com deficiência visual ou fisica adquirida.	O retorno ao trabalho assumiu um maior valor individual, quando os impactos produzidos pela deficiência foram maiores, em comparação as que exigiram menos alterações do cotidiano	Tais resultados são relevantes ao propor que formas de (re) inserção no contexto organizacional, contribuem para um mercado de trabalho inclusivo e uma sociedade mais participativa.
Revista CoDAS 2018 – Brasil Scielo (T13) Qualis B1	Contribuição da Fonoaudiologia na inserção se pessoas com Síndrome de Down no mercado de trabalho	Barbosa, T. M. M. F; Lima, I. L. B; Alves, G. A. S; Delgado, I. C. Pesquisa quantitativa	Analisar as contribuições da Fonoaudiologia no processo de inserção no ambiente laboral de jovens com Síndrome de Down, endo em vista sua profissionalização.	Após a inserção no mercado de trabalho houve mudanças significativas na comunicação e autonomia dos sujeitos do estudo.	Mudanças no comportamento social, maior uso da autonomia e comunicação, contribuindo no empoderamento dos jovens com Síndrome de Down.
Revista CoDas 2019 – Brasil Scielo (T14) Qualis B1	Functional independence profile of people with physical disabilities.	Rodrigues, C. V. C; Leffer, A; Chesani, F. H; Mezadri, T; Lacerda, L. L. V. Pesquisa Qualitativa	Analisar os itens motores do nível da independência funcional das pessoas com deficiência adquirida, residentes no município de Itajaí/SC.	Os resultados indicaram que pessoas com deficiência são mais independentes em autocuidade e que o maior indice de deficiencia são as de nivel neurologicos e com amputações.	É importante que os serviços de saúde e as políticas publicas priorizem ações que reduzam sua influência no cotidiano e na autonomia dessas pessoas, aumentando a realização pessoal e a interação social na inserção ao mercado de trabalho.
Revista Brasileira de Fisioterapia 2010 – Brasil Scielo (T15) Qualis B1	Fatores associados ao retorno ao trabalho após um trauma de mão: uma abordagem qualiquantitativa.	Hammes, I. C; Nuernberg, A. H. Pesquisa Quali quantitativa	Descrever os trabalhadores que retornam ao trabalho após um trauma de mão e analisar os fatores que se associaram a esse desfecho após três anos de alta da reabilitação.	Maioria dos trabalhadores o sexo masculino, com baixa escolaridade e na faixa dos 37 anos, com vários níveis de desempenho necessitando de	Encontrou-se evidência de uma complexidade do retorno ao trabalho de trabalhadores com lesão mão, através de fatores associados ao desfecho e a importância de uma avaliação individualizada centrada em cada

Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais no Século XXI

				acompanhamento profissional e ajustes de horário, função para uma melhor continuidade do tratamento em busca do sucesso do retorno.	trabalhador.
Revista Trabalho, Educação e Saúde 2017 – Brasil Sscielo (T16) Qualis B1	Qualidade de vida no trabalho de pessoas com deficiência física	Coutinho, B. G; França, I. S. X; Coura, A. S; Medeiros, K. K. A. S; Aragão, J. S. Estudo Transversal com abordagem qualitativa	Avaliar a qualidade de vida no trabalho e os principais fatores correlacionados em pessoas com deficiências físicas.	Os resultados mostraram que os fatores mais correlacionados foram salário, capacidade de ascensão profissional, oportunidades de expressar suas opiniões, carga horária e quantidade de trabalho,	Será necessário maior incentivo a implementação de uma cultura de fomento que objetivamente compreenda a inserção das PcDs no mercado de trabalho, visando uma melhor adaptação dos fatores determinantes dessa realidade.
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional 2017 – Brasil Sscielo (T17) Qualis B1	Percepção dos usuários a respeito de um serviço de reabilitação profissional	Vargas, A. C; Santos, A. C. T; Souza, R. M; Silveira-Monteiro, C. A. Pesquisa quantitativa descritiva	Identificar a percepção e os sentimentos dos trabalhadores reabilitados ou em reabilitação a respeito do processo de RP bem como descrever o perfil de saúde e afastamento desses trabalhadores.	Identificaram-se alguns problemas como: impacto da doença e do afastamento do trabalho, inefetividade do programa de reabilitação, percepção quanto ao retorno do trabalho e relacionamentos com chefias e colegas.	A reabilitação profissional é um passo importante para a saúde do trabalhador no contexto físico, psíquico e social e pessoal, mas que necessita também de uma ação multiprofissional, ampliando a percepção do trabalhador e da sociedade.

Fonte: Artigos estudados após a execução da busca citada no artigo (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira ainda tem marcas profundas de desigualdade e preconceitos para com as pessoas com deficiência sendo elas físicas, intelectuais, auditivas, visuais ou múltiplas, e a inclusão por si só é apenas uma forma de romper com os paradigmas e contribuir para que eles sejam agentes participativos do seu próprio desenvolvimento pessoal e social.

As dificuldades enfrentadas pelas PCDs devem ser tema de reflexão na sociedade como um todo e não somente entre governo, empresa contratante e escola, pois a valorização e seu reconhecimento devem ser evidenciados através da necessidade urgente de escolas regulares com as adaptações corretas e profissionais da educação empenhados na educação inclusiva; a fomentação empresas parceiras no processo de inclusão dos PCDs ao mercado de trabalho e a sociedade modificando sua maneira de pensar com relação às pessoas com deficiência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARANGO-SOLER, J. M. et al. Programa de orientación vocacional laboral para personas com discapacidad de La fundación de adaptación laboral-IDEAL. Rev. Salud publica Bogotá - Colombia v.14(5), p. 842-851, Outubro 2012.

ÁVILA-VITOR, M. R. C. & CARVALHO-FREITAS, M. N. Valores Organizacionais e Concepções de deficiência: a percepção d pessoas incluídas. Psicologia: Ciência e profissão, v. 32 (4), p. 792-807, 2012.

BARBOSA, T. M. M. F. et al. Contribuições da Fonoaudiologia na inserção de pessoas com Síndrome de Down no mercado de trabalho. Revista CoDAS. São Paulo, v 30(1), p. 1-8, junho 2017.

BRASIL. Lei nº 8.213/91, de 24 de julho de 1991. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1991. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm>. Acesso em: 18 nov.2019.

BRASIL. Decreto nº 3.048/99, de 06 de maio de 1999. (a) Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048compilado.htm>. Acesso em: 20 nov.2019.

BRASIL. Decreto nº 3.298/99, de 06 de dezembro de 1999. (b) Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 25 nov.2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 20 nov.2019.

BREGALDA, M. M. & LOPES, R. E. Reabilitação profissional no INSS: caminhos da terapia ocupacional. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 479-493, 2016.

BITTENEOURT, Z. Z. L. C. & FONSECA, A. M. R. Percepções de pessoas com baixa visão sobre seu retorno ao mercado de trabalho. Revista Paidéia. São Paulo, v. 21, n. 49, p. 187-195, mai/ago 2011.

CABRAL, L. H. A. et al. Fatores associados ao retorno ao trabalho após um trauma de mão: uma abordagem qualiquantitativa. Revista Bras. Fisioterapia. São Carlos, v. 14, n. 2, p. 149-157, mar/abr 2010.

CESTARI, E. & CARLOTTO, M. S. Reabilitação profissional: o eu pensa o trabalhador sobre sua reinserção. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 93-115, 2012.

COUTINHO, B. G. Et e al. Qualidade de vida no trabalho de pessoas com deficiência física. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 561-573, mai/ago 2017.

GARCIA, V. G. & MAIA, A. G. Característica da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Bras. Est. Pop.* Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 395-418, jul/ dez 2014.

HAMMES, I. C. & NUREMBERG, A. H. A inclusão de pessoas com deficiência no contexto do trabalho em Florianópolis: relato de experiência no Sistema Nacional de Emprego. *Psicologia: Ciência e Profissão* [Revista online]. São Paulo, 35(3), p. 768-780, 2015.

LEÃO, M. A. B. G. & SILVA, L. S. Vivências de trabalhadores com deficiência: uma análise à luz da Psicodinâmica do trabalho. *Revista Bras. Saúde ocupacional*. São Paulo, 37 (125), p. 159-169, maio/agosto 2012.

POERSCH, A. L. & MERLO, A. R. C. Reabilitação profissional e retorno ao trabalho: uma aposta de intervenção. *Psicologia e Sociedade*. Belo Horizonte, n. 29, p. 1-10, dez 2017.

RODRIGUES, C. V. C. et al. Funcional independence profile of people with physical disabilities. *Revista Fisioter. Movi.* Curitiba, v. 32, p. 1-8, 2019.

SANTOS, J. C. & CARVALHO-FREITAS, M. N. Reinserção profissional: o trabalho após a aquisição de uma deficiência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 184-197, maio 2018.

TOLDRÁ, R. C. et al. Desafios para inclusão no Mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção. *Revista Ter. Ocup. Univ.* São Paulo, v. 21, n. 2, p. 158-165, maio/agosto 2010.

VACARO, J. E. & PEDROSO, F. S. Desempenho dos segurados no serviço de reabilitação do Instituto Nacional de Seguridade Social. *Acta Fisiátrica*. São Paulo, v. 18, n. 4, p. 200-205, 2011.

VARGAS, A. C. et e al. Percepção dos usuários a respeito de um serviço de reabilitação profissional. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, v. 42, n. 11, p. 1--10, jan 2017.

VASCONCELOS, R. N. C & RUIZ, E. M. Formação de médicos para o SUS: a integração ensino e saúde da família – revisão integrativa. *Revista Brasileira de Educação médica*, Brasília, v. 39 (4), p. 630-638, 2015.

VITOR, M. R. C. A. & FREITAS, M. N. C. Valores Organizacionais e Concepções de deficiência: a percepção d pessoas incluídas. *Revista Psicologia: Ciência e profissão*, v. 32 (4), p. 792-807, 2012.